

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 16, janeiro a junho de 2006

TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-PRODUTIVAS NA PESCA ARTESANAL DO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS, RS

Paulo André Niederle¹

Catia Grisa²

RESUMO

O artigo focaliza o processo de desenvolvimento histórico da pesca artesanal realizada na região do estuário da Lagoa dos Patos. A atenção está posta na análise da formação e desenvolvimento da Colônia de Pescadores Z3 em Pelotas, RS, e sua interface com o processo geral de desenvolvimento do setor pesqueiro dirigido pelo Estado. A partir do referencial teórico de sistemas agrários (MAZOYER e ROUDART, 2001), identificam-se primeiramente as condições sob as quais se passou de uma economia de excedentes ao modo camponês, para um universo sócio-econômico mercantilizado identificado pela atual configuração da economia capitalista. As relações sócio-produtivas e os limites e possibilidades delimitados pelo ambiente, permeiam a evolução e diferenciação de todos os sistemas. São exploradas, igualmente, as conseqüências deste processo sobre a reprodução social das famílias de pescadores, onde, os dados relativos à incidência da pluriatividade, tal qual se configura na agricultura familiar, revelaram resultados que desvelam a relevância que assumem ingressos de renda mais seguros e estáveis advindos de atividades nos demais setores produtivos, ou mesmo de benefícios sociais, se comparados a uma atividade cercada de incertezas, como é justamente o caso da pesca.

Palavras-chave: Pesca artesanal, sistemas agrários, reprodução social.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS. e-mail: paulo.niederle@ufrgs.br.

² Mestranda em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS. e-mail: catia.grisa@ufrgs.br.

ABSTRACT

This paper discusses the historical process of development of artisan fishers in the region of the estuary of the Lagoa dos Patos. The attention is about the analysis of formation and development of the Colônia de Pescadores Z3 in Pelotas, Rio Grande do Sul, and your interface with the general process of development of the sector fishing directed for the State. From the approach of agrarian systems (MAZOYER and ROUDART, 2001), are identified firstly the conditions under which it passed of an economy of excesses in the peasant way, for a commoditization of social-economic universe identified currently through configuration of the capitalist economy. The social-productive relations and the limits and possibilities delimited through environment, are presents in the evolution and differentiation of all systems. Are explored, equally, the consequences of this process on the social reproduction of artisan fishers families, where, the relative data to the incidence of the pluriatividade, such which if configures in family farm, had showed results that confirm the relevance that assumes income resources more safe and steady with origin in activities in the others productive sectors, or same of social benefits, if compared with a activity surrounded of uncertainties, as it is exactly the case of fishes.

Keywords: artisan fish, agrarian systems, social reproduction.

INTRODUÇÃO

A recente atitude do Estado de reorganizar as políticas públicas para a atividade pesqueira, em grande medida expressada na criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, demonstra o reconhecimento da importância de um segmento que há alguns anos esteve à margem das políticas estatais de financiamento e crédito, seguridade social, desenvolvimento tecnológico, etc. Em que pese o reduzido volume de recursos mobilizados, estes parecem ter produzido alterações significativas no setor. Contudo, a excessiva concentração dos investimentos no setor empresarial exportador, pode tornar uma proposta de reorientação do padrão produtivo e mudança social em reafirmação dos privilégios, o que tem implicações cada vez mais graves sobre as possibilidades de persistência das formas de pesca artesanal (BRASIL, 2003).

Somente a constante metamorfose destes pescadores permite explicar sua persistência enquanto categoria social. Mesmo submersa num ambiente econômico hostil à sua reprodução social, a pesca artesanal parece desafiar os prognósticos de diversas teorias que, da mesma forma que trataram as formas familiares de produção na agricultura como residuais, há muito têm advogado seu desaparecimento. Apesar disso, a pesca artesanal subsiste e dá vida a um universo social cada vez mais diversificado e heterogêneo. Como demonstram estudos recentes (NIEDERLE, et alii, 2005; SACCO DOS ANJOS, et alii, 2004; SOUZA, 2002), novas fontes de trabalho e renda, que permitem ingressos mais seguros se comparados com as incertezas da pesca,

configuram talvez a principal transformação em termos de diversificação³ de rendas e trabalhos na atualidade.

O Estado interferiu diretamente nestas transformações, por um lado como indutor de um processo de desenvolvimento tecnológico excludente, que aprofundou a dependência dos pescadores artesanais e, por outro, na garantia de ingressos mínimos que permitissem a reprodução das comunidades pesqueiras de acordo com certa funcionalidade interligada aos objetivos estatais, sejam eles geopolíticos ou econômicos, e dos interesses privados no suprimento de suas necessidades de mão-de-obra barata (ABDALLAH e BACHA, 1999).

Neste artigo procura-se analisar as transformações econômicas, sociais e culturais que ocorreram na Colônia de Pescadores Z3, em Pelotas, RS, desde sua gênese até os dias atuais. A ênfase está na interface que se estabelecem entre as mudanças nos sistemas pesqueiros, a ação estatal de regulamentação e promoção da atividade pesqueira, e os processos sociais. A hipótese central sugere que o cerne das transformações no universo social em estudo é fortemente correlacionada aos processos de mercantilização do modo vida dos pescadores artesanais, onde o Estado atuou de forma diversa e contraditória, mas que ao fim e ao cabo acentuou uma trajetória de diferenciação social no setor.

Utilizando a metodologia de sistemas agrários (MAZOYER e ROUDART, 2001) foram determinados os sistemas pesqueiros que se configuraram predominantes em diferentes períodos históricos na Colônia de Pescadores Z 3, Pelotas, RS. Esta metodologia permite olhar sob diversos ângulos as variáveis que interferiram ao longo do tempo na conformação do atual padrão de desenvolvimento da pesca no território em questão.

O estudo inicia com uma breve apresentação das principais características do universo empírico. No capítulo subsequente, em virtude da necessidade de não transpor mecanicamente a metodologia de análise de sistemas agrários para o universo da pesca, são problematizadas algumas questões referentes aos conceitos e metodologia utilizados. O quarto capítulo evidencia os resultados da análise de quatro sistemas pesqueiros preliminarmente definidos pelos autores: indígena, colonial, pós-colonial e

³ “Diversidade refere-se a existência, em um dado momento, de muitas fontes de renda diferentes, assim também requerendo relações social diversas para segura-las. Diversificação, por outro lado, interpreta a criação da diversidade como um processo social e econômico em andamento, refletindo fatores das pressões e oportunidades que levam as famílias à adotar *livelihoods strategies* cada vez mais intrincadas e diversas” (ELLIS, 2000, p. 14).

sistema pesqueiro atual. Finalmente, são apresentadas algumas considerações a respeito dos resultados alcançados e limites desta perspectiva analítica.

A ÁREA DE ESTUDO

A Colônia Z-3⁴, localizada a 20 km da sede da cidade de Pelotas, à margem oeste da Lagoa dos Patos, foi fundada em 1923, se constituindo desde então num tradicional núcleo de pescadores artesanais. Segundo o Censo Demográfico (2000) a população total é formada por 3.221 habitantes. Não há dados exatos da porcentagem desta população que pode ser classificada como pescadores artesanais. Levantamento do Sindicato dos Pescadores em conjunto com a Prefeitura Municipal de Pelotas e o Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria da Universidade Católica de Pelotas (ver ITEPA, 2002) indicaram a presença de 1.031 pescadores com carteira, contudo há motivos para supor que o número seja muito superior, visto que o levantamento não conseguiu abranger todos aqueles sem carteira (mulheres e jovens principalmente) ou que não possuem uma ligação direta com a captura, mas atuam nas demais atividades do Sistema Agroindustrial do Pescado (filetamento, salga, venda, etc.). Nossas estimativas permitem supor que praticamente todas as famílias estabelecem algum tipo de relação produtiva e reprodutiva com a atividade.

A população caracteriza-se por possuir baixo nível de alfabetização⁵ e alta concentração de renda. A renda média *per capita* mensal é de R\$ 79,38 e a renda média familiar mensal é R\$ 257,98. Em 74,78% dos casos, a família recebe até dois salários mínimos por mês e 5,1% dos casos não obtiveram rendimentos estáveis (ITEPA, 2002).⁶

Características ambientais

O município de Pelotas possui clima subtropical e caracteriza-se por receber, predominantemente, ventos do quadrante leste - que vêm do Atlântico - e forte influência oceânica que proporciona uma atmosfera geralmente úmida. Sua localização na região fisiográfica denominada "Encosta do Sudeste" determinou ao

⁴ Também denominada Colônia São Pedro pelo IBGE.

⁵ Segundo ITEPA (2002), 22,6% das pessoas entrevistadas, não possuem nenhum grau de instrução, 23,8% possuem no máximo 3 anos de estudo e, 43,2 % possuem entre 4 e 5 anos de escolaridade. Os índices repetem-se quando a análise restringe-se aos chefes de domicílios, onde 46,4% possuem de zero a 3 anos de estudo.

⁶ Os dados são referentes aos 1.031 pescadores do levantamento realizado pelo Sindicato dos Pescadores em conjunto com a Prefeitura Municipal de Pelotas e o ITEPA (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria).

município a existência de duas grandes paisagens naturais e humanas distintas. De um lado, a paisagem "serrana", de plantios agrícolas diversificados, com relevo elevado e ondulado, que propiciou condições perfeitas para a colonização alemã. De outro, se constituiu uma paisagem de planície, baixa e plana, dominada pela pecuária e orizicultura e de composição étnica variada (onde, mais litoraneamente, se encontra a Colônia Z3).

Sua posição à beira da região estuarina da Lagoa dos Patos permite aos pescadores fácil acesso às águas oceânicas. O estuário compreende cerca de 10% (971 Km²) da área total (10.360 Km²) da Lagoa dos Patos e vai do canal de acesso com o mar, até uma linha imaginária entre o “Saco do Rincão” e a ponta da Ilha da Feitoria. A única comunicação com o mar, onde ocorre a passagem de diferentes espécies marinhas, é um canal delimitado pelos molhes da barra de Rio Grande, possuindo apenas 4 km de comprimento e 0,5 a 3 km de largura. A situação hidrográfica de Pelotas, extremamente favorecida pela proximidade com o oceano, Lagoa dos Patos e canal São Gonçalo - que une a Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim -, tem reflexos importantes sobre os aspectos ecológicos e sócio-econômicos.

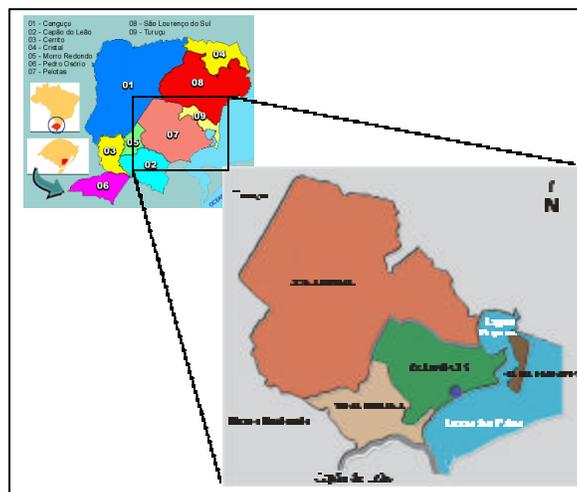


Figura 1 – Mapa do município de Pelotas, RS.

A Lagoa dos Patos, a maior do Brasil, é o principal local de pesca. De água doce na maior parte do ano, no verão e outono seu nível diminui significativamente permitindo a invasão das águas do Oceano Atlântico. Junto com a água salgada entram os peixes e camarões, que atualmente constituem a principal fonte de renda derivada

diretamente da pesca dos pescadores⁷.

Juntamente com a Lagoa dos Patos e interligada a ela, destaca-se a Lagoa Pequena como universo de pesca. Apresentando uma superfície aproximada de 2.000 hectares, inunda terras dos municípios de Pelotas e Turuçu. A área de terra central entre a Lagoa Pequena e seus canais de inundação a sudeste e noroeste que a ligam a Lagoa dos Patos, forma a Ilha da Feitoria. Além destes, outro importante ambiente de pesca é o canal São Gonçalo⁸.

Os estuários são ecossistemas de grande produtividade, devido principalmente ao derramamento de nutrientes inorgânicos provindos do continente, entrada das águas do mar, e resíduos orgânicos urbanos e de atividades agrícolas. Chuvas, salinidade e vento estão mutuamente relacionados e condicionam diretamente os padrões biológicos e produtivos do ecossistema. As mudanças destes fatores alteram significativamente o crescimento do fitoplâncton e, por conseguinte a subsistência das espécies de peixes. Este complexo ecossistema é constituído por cerca de 110 espécies, dentre as quais algumas completam todo seu ciclo de vida no local e outras permanecem por pouco tempo, geralmente utilizando estas águas mais calmas para o desenvolvimento das formas juvenis. As principais espécies encontradas e de importância econômica são: tainha, trairá, jundiá, corvina, bagre e camarão.

SISTEMAS AGRÁRIOS E PESCA ARTESANAL

São recentes os estudos que buscam aplicar o referencial teórico de análise dos sistemas agrários ao universo da pesca. A contribuição de Pasquotto (2005) merece destaque neste sentido. Nos termos do autor, os sistemas pesqueiros representam

[...] o conjunto de formas, ou sistemas de produção, por intermédio dos quais os pescadores (seja pesca artesanal ou industrial) intervêm sobre o ambiente aquático em uma determinada região, bem como as relações que estabelecem entre si e para com as demais atividades que, direta ou

⁷ Recorrentes ciclos ecológicos desfavoráveis não permitiram que este fenômeno ocorresse normalmente. Este fato ocasionou grande escassez de pescado no período de 2000 a 2003, prejudicando consideravelmente o ingresso de renda nas famílias de pescadores.

⁸ Para alguns pescadores que habitavam e que ainda habitam as margens do Canal São Gonçalo, estas águas foram capazes de gerar os recursos necessários a sua sustentação. Contudo, os moradores do centro urbano, localizados próximos às suas margens, sofreram com inundações devido às alterações no nível das águas. Em 1977, uma barragem solucionou o problema contendo as inundações, porém aumentou a dificuldade de salinização da água (o que a tornou uma fonte de água potável), resultando em perda considerável para os pescadores que dependiam deste fenômeno natural para a preservação dos estoques de cardumes.

indiretamente, influenciam nestes espaços. (PASQUOTTO, 2005, p.19)

A partir desta compreensão pretende-se desenvolver neste artigo um plano interpretativo capaz de abranger ao máximo a complexidade da pesca artesanal, compreendida aqui enquanto um subsistema da atividade pesqueira *lato sensu*, onde se revelam aspectos relativos às relações de trabalho, condições ecológicas, equipamentos e técnicas de captura e processamento do pescado, componentes culturais, relações de parentesco e sucessão, etc. Ao que tudo indica o referencial desenvolvido por Mazoyer e Roudart (2001) para o estudo de universos agrários, que extrapola a noção estrita de sistemas de produção, avançando na compreensão das relações sociais de produção, é mais apropriado para este desafio. Mesmo assim, as peculiaridades da pesca artesanal exigem adequações de conceitos e métodos. A seguir são apresentadas duas questões essenciais à diferenciação do sistema pesqueiro ao qual se refere este artigo, dos sistemas agrários definidos por Mazoyer e Roudart (2001). A primeira diz respeito à delimitação do território. O universo de pesquisa deste artigo é bastante diverso de recortes delimitados somente por características físicas de paisagem. Neste sentido, não se segue a delimitação de um território tal qual o fazem os pesquisadores que tratam dos universos agrários: enquanto região. Aqui território é definido numa perspectiva de desenvolvimento⁹, ou seja, enquanto “espaço construído histórica e socialmente, no qual a eficiência das atividades econômicas é intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço. O território é então um resultado e não um dado” (SABOURIN, 2002, p. 23). Neste mesmo sentido, representa para Abramovay (2003, p. 89) “uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”.

Isso não significa desprezar o componente fisiográfico, que entra aqui como uma das variáveis na composição das relações entre homens e natureza. No caso da pesca, todavia, os limites físicos tornam-se mais nebulosos que na agricultura, e a “área física” abrange ambientes lacustres diversos (região estuarina da Lagoa dos Patos, Lagoa Pequena, oceano), bem como o ambiente terrestre. Isso torna necessário expandir também esse componente físico. Diegues (1998) ressalta apropriadamente que para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o território é tido como algo muito

⁹ Uma discussão sistematizada sobre a utilização do território nesta perspectiva pode ser encontrada em Schneider e Peyré Tartaruga (2004).

“mais vasto que para os terrestres e sua posse é mais fluída”, o que faz com que suas dimensões sejam pouco definidas. Para os pescadores a terra é um objeto passível de apropriação e divisão, ao passo que para o mar isso objetivamente não acontece.¹⁰

A segunda questão diz respeito a outra posição metodológica fundamental: a delimitação da unidade de análise. O processo produtivo (captura) na pesca artesanal, antagonicamente ao que ocorre na agricultura familiar, é levado a cabo, na maioria dos casos, sem o envolvimento pleno da unidade familiar. Foram identificados três diferentes formas ou arranjos organizativos na Colônia Z-3: a) de participação plena da unidade familiar; b) sistemas de parceria e sociedade, nos quais a *parelha*¹¹ é definida principalmente por laços de amizade e parentesco de segundo grau e; c) unidades formadas por patrão e proeiros. Contudo, no exame da realidade concreta nos deparamos com a estrutura familiar como elemento central unificador dos processos de reprodução social, similarmente ao que ocorre na agricultura familiar. Esta constatação, que tangencia todas nossas considerações, é corroborada por Maldonado (1986, p. 23) para quem isto tem sido determinante para a “estabilidade dos grupos de trabalho”, estabelecendo direta e fundamentalmente a “flexibilidade e conveniência nas formas de repartição do produto e da renda”. Desta forma, reafirmamos a família como unidade privilegiada de análise deste estudo.

EVOLUÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DOS SISTEMAS PESQUEIROS

O processo de desenvolvimento histórico dos sistemas pesqueiros presentes na Colônia Z3 foi dividido em quatro grandes períodos, cujos marcos se aproximam das principais transformações que alteraram os processos produtivos e socioeconômicos possibilitando, assim, a emergência de novos sistemas. O primeiro foi denominado Sistema Pesqueiro Indígena, que se estendeu até mais ou menos 1730 onde, com a distribuição de sesmarias pela Coroa Portuguesa, iniciaram as migrações de portugueses para o local, o que se acentuou na década de 1870. Esta migração abre uma nova configuração produtiva e transforma o universo social dando início ao Sistema Pesqueiro Colonial. A terceira fase - Sistema Pesqueiro Pós-colonial - tem como característica principal, profundas transformações produtivas, principalmente em termos

¹⁰ Para Diegues (1998) o território refere-se à “uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar”.

¹¹ Unidade produtiva constituída pelas embarcações, galpão de pesca, redes, etc.

de instrumentos de trabalho. Este sistema foi inaugurado a partir de 1930/40 com a desestruturação das parselhas portuguesas e a chegada de imigrantes catarinenses. Finalmente, a transição para o que convencionamos de Sistema Pesqueiro Atual é dada por uma linha muito tênue que se caracteriza pela consolidação dos grandes investimentos no setor, novo arranjo institucional em termos de políticas ambientais e, fundamentalmente, pela emergência de novas estratégias reprodutivas por parte dos pescadores artesanais. Ambos os fatos ocorreram a partir do final da década de 1980 e início dos anos 90.

Sistema Pesqueiro Indígena

A ocupação pré-colonial do Rio Grande do Sul é objeto de estudo de diversos pesquisadores, muito por conta dos fatos históricos relacionados à destruição dos Setes Povos das Missões. Não obstante, a quantidade de grupos indígenas em todo o Rio Grande do Sul impede uma generalização da diversidade das relações sociais, culturais e de produção, etc. dos demais povos, em decorrência daquelas instituídas nos povos missionários. Sem pretensão de retomar um trabalho historiográfico detalhado, neste capítulo descrevem-se as principais questões relacionadas à ocupação do território costeiro ao estuário da Lagoa dos Patos no período anterior a colonização portuguesa.

Schmitz (1991) descreve a presença de povos caçadores-coletores nesta região como a primeira formação social da qual se tem referência comprovada pela arqueologia. Diferentemente dos povos de tradição horticultora-florestal, como foram os indígenas que se dispersaram pelo interior do estado, esses grupos de tradição *umbu* desenvolveram a pesca, a caça e a coleta de forma muito similar aos povos de tradição *samambaqui* localizados no litoral norte, de quem parecem ter herdado diversos elementos culturais. De acordo com Schorr (1975), os objetos encontrados em escavações, sobretudo raspadores e talhadores lascados, indicam a rudimentaridade destes povos em termos de caça e pesca, de onde se supõe que a coleta estabeleceu-se como principal meio de sobrevivência.

Não há evidências de como se deu a substituição histórica destes grupos por sociedades indígenas mais recentes (pampeanos, guaranis), que ocuparam o estado a cerca de 500 anos. Desde então, o estuário da Lagoa dos Patos encontrou-se em zona de interface de grupos pampeanos (minuanos e charruas) e guaranis (que migraram posteriormente para o local). Os grupos pampeanos também se caracterizaram pela caça, pesca e coleta, contudo, a posterior introdução do gado pelos colonizadores, fez

com que se tornassem pastores e guerreiros. Passaram então a capturar o gado e revendê-lo para os colonizadores, o que os tornaram grandes inimigos dos povos missioneiros e amigos dos portugueses. Estas lutas se intensificaram cada vez mais a partir da expansão das invasões guaraníticas. Segundo Kern (1994) os grupos nômades pampeanos conseguiram manter o controle de seu território principalmente porque os horticultores (Guaranis), de origem amazônica, estavam em busca prioritariamente de áreas florestais à beira dos rios, ou seja, à procura de ecossistemas diversos para a implementação de sistemas agrários muito diferenciados daqueles constituídos pelas charruas e minuanos. Entretanto, a maioria foi dizimada nas lutas com os missioneiros e, aqueles que restaram, foram posteriormente mortos pelos colonizadores ou, mais tardiamente, transformados em peões pelos donos de estância (UNIJUI, 1989).

No que diz respeito especificamente ao universo deste estudo, a situação é ainda mais complexa. Ao que tudo indica, os guaranis migraram cruzando a Lagoa dos Patos desde o norte até a área estuarina, estabelecendo-se ali e dando origem ao grupo que foi denominado *arachanes*¹². As condições naturais levaram este grupo a conformar novas características sociais e produtivas. A tradição agrícola e pesqueira foi mantida em virtude da circulação humana para garantir o abastecimento, mas, segundo Schmitz (1991), o grupo possuía uma dinâmica de ocupação da Lagoa nos períodos de primavera e verão e migração para zonas interiores durante o outono e inverno, o que garantia a produção agrícola. A agricultura de queimada era feita com materiais rudimentares, prejudicando o abastecimento das aldeias em algumas épocas do ano. O cultivo diversificado tentava suprir as necessidades, contudo em alguns meses, principalmente no inverno, eles eram obrigados a se alimentar de produtos da coleta e da caça nas florestas. É provável que gradualmente estes grupos tenham se estabelecido definitivamente a margem da lagoa, tornando a pesca a principal atividade e mantendo intercâmbios de produtos com os agricultores.

No que tange as relações sociais, as aldeias eram construídas coletivamente por toda população e a convivência era sustentada por um complexo sistema de parentesco que afirmava laços de solidariedade estruturantes das relações culturais, do trabalho e da luta com outros grupos.

¹² A profusão de diversos grupos indígenas de origem guaranítica, que assumiram características muito diversas, fez com que estes perdessem a identidade com os demais, o que teria sido um dos fatores essenciais para a dizimação destas populações (BROCHADO, 1975).

O contato entre pampeanos e guaranis resultou numa miscigenação cultural e étnica. Posteriormente todos foram inseridos na sociedade colonial que emerge trazendo consigo traços culturais que estão presentes ainda hoje na tradição gaúcha. Até a metade do século XIX, os pescadores “nativos” da região do estuário da Lagoa dos Patos caracterizavam-se pela posse dos meios de produção (jangadas a remo, redes rudimentares, etc), o controle de todas as etapas de produção e, sobretudo, pela sua destinação, fundamentalmente, ao atendimento das necessidades básicas da família. A partir da colonização e formação das charqueadas imprimiu-se uma nova configuração para a pesca e os “nativos” foram sendo incorporados gradativamente a novas atividades.

Sistema Pesqueiro Colonial

Com interesses de povoar, explorar e defender as regiões fronteiriças no sul, a coroa portuguesa promoveu intensamente a migração para a região. Quando, em 1730, iniciou-se o processo de concessão de sesmarias, os governantes e militares demandaram assegurar a ocupação deste território pelos portugueses, fato que só foi concretizado alguns anos depois e em números pequenos.¹³ As populações que iniciaram a ocupação do Rio Grande do Sul tiveram a pesca como um caminho natural de suas iniciativas que, por virtude das condições ambientais, se estabeleceu, sobretudo, no canal de abertura da Lagoa dos Patos para o Oceano. A colonização açoriana constituiu também a primeira ação estatal relacionada à pesca.

Os colonizadores, via de regra, seguiram duas atividades diversas nesta região: a charqueada e a pesca. Em ambos os casos, ocorreram sua integração aos nativos que desenvolviam tal atividade. O charqueamento, que iniciou a partir do início do século XVIII como ato extremamente artesanal e fortuito, foi transformado na principal atividade econômica do Estado, constituindo-se a partir de 1800 numa prática industrial sistemática. Os pescadores artesanais nativos e os indígenas pampeanos foram incorporados a este sistema agrário, sendo posteriormente substituídos pela mão-de-obra escrava quando da constituição do tráfico negreiro.

Todavia, as mudanças que mais interessam aqui dizem respeito às novas relações sociais e produtivas que se estabeleceram na pesca. Num primeiro momento, em virtude do pequeno contingente de colonizadores que adentraram nesta atividade, as

¹³ Apesar da colonização dos açorianos no Brasil datarem do século XVII, os dados são mais expressivos para o século XVIII.

mudanças internas foram pouco sentidas, contudo o progressivo crescimento das charqueadas fez com que se estabelecessem relações comerciais importantes, tornando a pesca, pela primeira vez, produtora de excedentes para alimentar a população local crescente.

A partir de 1870 grandes contingentes de migrantes originários da Póvoa do Varzim acentuaram a exploração dos recursos pesqueiros do estuário e litoral adjacentes. Portadores de capitais e de um passado vinculado à pesca, eles consolidaram parselhas de pesca e unidades de industrialização - salgas¹⁴. Isto trouxe consigo a introdução de novas técnicas incorporadas aos processos produtivos. Os imigrantes lusos tomaram a pesca uma atividade mercantil, o que com o tempo transformou a atividade de produção de subsistência em uma economia de sobras (AVILA MARTINS, 2002). A integração dos recém chegados aos pescadores “nativos”, transformou estes em proeiros¹⁵ que, devido as suas precárias condições de produção, passaram a dedicar-se quase que exclusivamente à captura.

O crescimento urbano e industrial propiciado pela expansão da indústria do charque fez com que se desenvolvessem outras atividades na cidade e região, tornando Pelotas a principal economia do estado. Desta maneira, intensificou-se ainda mais a pesca nas primeiras décadas do século XX, principalmente com o crescimento da instalação de salgas na região, agora com padrões industriais. O desenvolvimento do parque industrial pesqueiro propiciou elevada concentração da atividade do pescador artesanal na captura, começando a conformar o modelo de pesca encontrado no período de modernização dos anos 1970-1980. Segundo Abdallah e Bacha (1999, p.14), no início deste século

[...] as atividades pesqueiras eram realizadas por comunidades locais e nas águas próximas ao litoral brasileiro. A partir de então, ao redor dos centros urbanos, começou a se desenvolver a pequena pesca voltada para a venda no mercado. Neste contexto, surgiu a figura do *atravessador*, especializado em produtos do mar, que passou a ser também um financiador da produção dos pescadores artesanais.

O surgimento dos *atravessadores* não ocorreu, contudo, de forma homogênea. De acordo com Figueira (2000), na Colônia Z-3 sua consolidação remonta somente a

¹⁴ As salgas, além de local de desembarque, salga e beneficiamento do pescado, atualmente pode se constituir em local de comercialização.

¹⁵ Pescadores que não detém meios de produção e que, portanto, se empregam em parselhas. Na maioria das vezes sua remuneração é feita em partes da produção.

década de 1940, juntamente com outras transformações que constituíram um novo sistema pesqueiro, analisado no próximo capítulo.

Cabe mencionar ainda a atuação do Estado via Marinha do Brasil que, objetivando: a) estabelecer as populações pesqueiras como instrumentos de defesa do país; b) organizar a cadeia produtiva e a indústria para manter este contingente populacional e; c) controlar a predação dos recursos marítimos, proporcionou uma estrutura institucional de controle e dominação política, com a criação das Colônias de Pescadores (MALDONADO, 1968). A Colônia Z3 foi fundada em 1923, sendo efetivamente colocada em funcionamento somente na década de 50 (FIGUEIRA, 2000).

Sistema Pesqueiro pós-Colonial

Três fatos são significativos para a delimitação de um novo sistema pesqueiro a partir da década de 1940: a consolidação de estruturas industriais que diversificaram as formas de processamento e passaram a trabalhar não apenas com o pescado enlatado e salgado, mas também com o pescado fresco e congelado, o que fez do gelo um fator de reestruturação do sistema produtivo; a migração de pescadores catarinenses para a região e; a consolidação institucional da Colônia.

A partir da crise do charque iniciada em meados do século XIX a economia de Pelotas como um todo começou a declinar. O século XX já é emblemático de uma nova configuração produtiva que teve seus reflexos na pesca. Por volta de 1940, ao mesmo tempo em que as parcerias portuguesas começam a se desestruturar, observa-se a chegada de pescadores catarinenses. Com origem de antepassados açorianos comuns aos pescadores locais, eles não tiveram problemas em consolidar sua ocupação. Trouxeram consigo mudanças técnicas significativas, como a introdução de embarcações maiores, o uso de motor no lugar da vara, do remo ou da vela, redes de espera de maior tamanho, diminuição do tamanho das malhas, entre outras.

As novas relações sociais de produção acentuaram a diferenciação social dos pescadores. A consolidação da figura do intermediário-atravesador é emblemática neste sentido (FIGUEIRA, 2000). Desde então esses grupos passaram a acumular a maior parte do lucro obtido na atividade, o que também proporcionou sua diferenciação social, levando-os atualmente a manterem, na sua grande maioria, somente vínculos indiretos com a pesca. Também foram esses grupos que dominaram a distribuição do gelo e outros insumos aos pescadores. Ainda hoje os atravessadores “financiam” a produção com a distribuição do gelo e do óleo, descontando, na maioria das vezes com

valores acima daqueles de mercado, estes insumos do preço pago ao pescador pelo peixe.

A generalização da utilização do gelo proporcionou ganhos em produtividade significativos, uma vez que ampliou o período de trabalho na captura. Conjugado com as demais transformações já referidas, este foi o fator basilar para a inserção da lógica crescente de aprofundamento do controle do *mercado* no universo social das comunidades de pescadores. Os pescadores perderam gradualmente sua existência autônoma e ingressaram na dependência ao conjunto de instituições reguladoras das atividades mercantis, não só o próprio mercado, mas também o governo e instituições. Níveis diferenciados de mercantilização conduzem a dinâmica de desenvolvimento histórico destes grupos a partir de então, o que se materializa numa rota de *externalização* segundo a qual “um número crescente de tarefas são separadas do processo de trabalho agrícola (pescueiro) e são assim designadas a organismos externos” (PLOEG, 1992, p. 169).

Neste mesmo período se intensifica a participação das Colônias de Pescadores. Vinculadas diretamente ao Estado, elas controlavam as atividades de pesca e, desde então, passaram a servir a fins diversos de acordo com os *lobbies* dos grupos de pressão locais com maior poder político.

Até então com peso quase insignificante em matéria de investimentos e crédito, é neste período que o Estado passou a intervir de forma ordenada no setor pesqueiro, fundamentalmente a partir do momento em que o capital empresarial estabeleceu suas unidades de captura e beneficiamento. Desde então se tornou impossível compreender as transformações no setor sem atentar para as ações estatais. Sob o signo do crescimento econômico a qualquer custo, que permeou a política desenvolvimentista, a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca em 1962 e a promulgação do “Código da Pesca” de 1967, objetivou-se criar um setor pesqueiro moderno e dinâmico, sobretudo a partir de políticas de incentivo fiscal.

Mesmo gerando conseqüências sociais semelhantes, as políticas de “modernização” no caso da pesca foram um pouco mais tardias que aquelas destinadas à agricultura. Além disso, diferentemente da agricultura que teve seu potencial produtivo aumentado por conta da mecanização e insumos químicos, a pesca logo perdeu

capacidade produtiva¹⁶ em virtude da sobrepesca e da poluição ambiental, que levaram à escassez do pescado complicando severamente a situação do setor.

Os resultados desta política são sentidos, sobretudo, no desequilíbrio ambiental e na acentuação do processo de diferenciação social que já estava em curso. Não obstante, a pesca artesanal atravessou este processo por conta de diversas estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias dos pescadores, o que não impediu, porém, sua gradual passagem à fornecedora de mão-de-obra e mercadoria de baixo custo para a pesca empresarial-capitalista. Este processo dá conformidade ao modelo de pesca que hoje se observa no estuário da Lagoa dos Patos.

Sistema Pesqueiro Atual

A delimitação do sistema pesqueiro atual diz respeito a um conjunto de transformações pelas quais passa a pesca artesanal e especificamente a Colônia Z3, a partir dos resultados das políticas produtivistas e da emergência de novos referenciais na ação do Estado, o que, todavia, não superou a prioridade dada aos investimentos em grandes embarcações de pesca. O que se alterou significativamente foi a iniciativa do Estado, tencionado por pressões de diversos organismos – principalmente em virtude de conjunturas externas – em procurar reduzir os efeitos da modernização nos setores agrícolas e extrativistas com medidas de proteção e preservação dos recursos ambientais.

Na pesca artesanal isto representou novas restrições que dificultaram sobremaneira a reprodução das famílias. Uma destas restrições refere-se ao privilegiamento das empresas de pesca que não sofrem com a fiscalização em virtude da falta de recursos para a operação dos fiscais em alto mar. Desta forma, as ações repressivas concentraram-se sobre os pescadores artesanais. Conjugado a isto, o explícito privilégio do “agronegócio da pesca”, que concentra a maior parcela dos investimentos públicos, obrigou os pescadores artesanais a encontrar novas estratégias para a reprodução social.

Para compreender esse cenário apresentamos rapidamente algumas características econômicas, sociais e produtivas. A tabela 1 evidencia o perfil dos pescadores artesanais em termos de tipo de relação sócio-produtiva, anos de trabalho na pesca e tipo de embarcação. Os dados evidenciam a grande proporção de pescadores

¹⁶ Para uma leitura do processo de desenvolvimento do setor pesqueiro no Rio Grande do Sul, ver Abdal lah; Bacha (1999) e Souza (2001).

sem acesso aos meios de produção - proeiros (57,8%). Estes são as principais vítimas de um processo de diferenciação social que os levou a perda dos meios de produção, principalmente, no decorrer do processo de modernização. Outro dado importante revela que nada menos que 73,4% dos pescadores possuem mais de 11 anos na atividade, e tão somente 11,6% possuem até cinco anos, o que se relaciona diretamente a formação de um universo social que envelhece dia após dia em virtude da saída dos jovens para a cidade e outras atividades. Por fim, são apresentadas as porcentagens de proprietários de embarcação em relação ao tipo de embarcação. Em que pese os botes se destacarem neste sentido (48,7%), é impressionante o número de embarcações não motorizadas (bateiras e caícos - 45%).

Tabela 1 – Tipo de relação sócio-produtiva, anos de trabalho na pesca e tipo de embarcação dos pescadores da Colônia Z3, Pelotas, em porcentagem.*

| | | | | | |
|-------------------------------------|------------------------|-----------------------------|------------------------|---------------------------|-------------------------|
| Tipo de relação sócio-produtiva (%) | proeiro 57,8 | proprietário 30,3 | parceiro 9,6 | sócio 1,1 | não resp. 1,2 |
| Anos de trabalho na pesca (%) | 0 - 5 11,6 | 6-10 14,4 | 11-20 49,9 | mais de 21 23,5 | não resp. 0,6 |
| Tipo de embarcação (%)** | bateira 30,1 | caico 14,9 | bote 48,7 | barco 6,3 | - - |

* Dados referentes ao ano 2000.

**Somente para os proprietários.

Fonte: ITEPA, 2002.

Considerando que a ultima linha da tabela é exclusiva para os proprietários de embarcação e, tendo em vista a pequena porcentagem de proprietários (30,3%), é provável que somente um pequeno número de proprietários possua proeiros, já que isto é quase exclusividade daqueles que possuem embarcações motorizadas¹⁷.

Em artigo anterior (NIEDERLE, et alii, 2005), demonstramos o grau de incidência da pluriatividade na pesca artesanal da colônia Z-3 onde, além disto, foram feitas referências às diferentes fontes de renda¹⁸ e sua participação na renda familiar

¹⁷ Há que se levar em consideração, ainda, que um único proprietário pode possuir mais de uma embarcação.

¹⁸ a) Renda da pesca: refere-se ao somatório de receitas obtidas através da venda da captura do pescado e do montante do produto do autoconsumo familiar, havendo sido descontados os custos de produção correspondentes. b) Renda de atividades do Sistema Agroindustrial (SAG) do Pescado: refere-se ao somatório das rendas provenientes do trabalho exercido no processo de beneficiamento do pescado, seja através do recebimento de salários, seja por meio de venda direta ao consumidor. c) Renda de atividades externas à pesca: compreende as receitas decorrentes do trabalho desvinculado da atividade de pesca. d) Renda de Aposentadorias: compreende o somatório dos benefícios de aposentadorias de membros da família. e) Renda de Pensões: compreende o somatório das pensões recebidas, independente do gênero. f) Renda do Seguro Desemprego: refere-se à receita decorrente do período do defeso paga aos pescadores durante 4 meses, sendo equivalente a 1 salário-mínimo mensal.

total (tabela 2). Antes de analisarmos estes dados na tabela 2, são pertinentes alguns comentários relativos ao fenômeno da pluriatividade na pesca artesanal. Como destacamos anteriormente, consideramos a emergência de novas estratégias reprodutivas um marco para a delimitação do sistema pesqueiro atual. A pluriatividade urge como uma das estratégias mais significativas em termos de tempo de trabalho e ingresso monetário. No artigo acima mencionado, a unidade de análise é a família – corroborando nossas justificativas sobre a importância da família como unidade da reprodução social – sendo consideradas pluriativas todas aquelas onde um ou mais membros desenvolveram algum tipo de atividade desvinculada da pesca *stricto sensu*, ou seja, da captura do pescado. As principais ocupações estão no próprio beneficiamento do pescado nas salgas particulares, serviços pessoais, serviço público e comércio.

Tabela 2 – Tipos de renda e média da renda anual, segundo o tipo de família de pescadores artesanais, Colônia Z3, Pelotas, 2002.

| Tipo de Renda | Tipo de família | | | |
|------------------------------|--------------------------|----------------|------------|----------------|
| | Exclusivamente pesqueira | | Pluriativa | |
| | N | R\$ | N | R\$ |
| Renda da pesca | 23 | 3.173,47 | 47 | 3.266,50 |
| Renda de atividades no SAG | - | - | 17 | 475,32 |
| Renda de atividades externas | - | - | 31 | 2.209,45 |
| Renda de aposentadorias | 09 | 1.376,23 | 07 | 330,78 |
| Renda de pensões | 03 | 235,94 | 06 | 200,00 |
| Renda do seguro desemprego | 15 | 860,29 | 38 | 823,83 |
| Renda Total | 23 | 5.487,4 | 47 | 7.633,3 |

Fonte: Niederle, et alii (2005).

Os resultados deixam evidente a significativa diferença entre famílias pluriativas e exclusivamente pesqueiras em termos de renda total, em que pese à pequena diferença no que tange a renda da pesca. Considerando que as primeiras possuem um número médio de pessoas por família de 4,34, a renda diária *per capita* é cerca de R\$ 4,82. No caso das famílias exclusivamente pesqueiras, com 3,78 pessoas por família, este valor se reduz ainda mais, chegando a R\$ 3,98.¹⁹ Outro fato importante diz respeito à importância que assumem as rendas provindas de benefícios sociais (aposentadorias,

¹⁹ Se examinarmos a situação das famílias do ponto de vista da força de trabalho, medida em termos de Unidade Trabalho Homem (uma pessoa com mais de 14 anos e com dedicação integral ao trabalho), os dados mostraram uma média mais alta nas explorações pluriativas (3,00), do que nas exclusivamente pesqueiras (2,77). Para uma discussão completa sobre as fontes de renda e demais índices econômico-produtivos ver Niederle, et alii (2005).

ensões e seguro desemprego), que juntas correspondem à cerca de 45% da renda total nas famílias exclusivamente pesqueiras.

Outra alternativa de reprodução social pode ser referida as tentativas de agro-industrialização e comercialização do pescado. Em virtude de recentes parcerias com órgãos estatais, estratégias relacionadas ao sistema agroindustrial do pescado também têm se constituindo cada vez com maior protagonismo. Investimentos na consolidação da Cooperativa de Pescadores Lagoa Viva LTDA, inclusão do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos²⁰, consolidação de feiras livres e a recente instalação de uma fábrica de gelo conseguiram desestruturar momentaneamente a dependência de alguns pescadores aos atravessadores, o que tem permitido maior poder de barganha na comercialização e aquisição de insumos.

Por fim, uma ação que possui vínculos estreitos com a reprodução das famílias de pescadores e que, em virtude das condições sociais, econômicas e ambientais atualmente consolidadas, tem se tornado recorrente, é a prática de pesca predatória. Em que pese o fato de “qualquer pesca feita fora do período determinado pelo IBAMA ou que se utilize de redes ou técnicas não permitidas” (FIGUEIRA, 2000) ser considerada predatória, estamos tratando aqui de uma ação que têm “impactos” predatórios tanto sobre a reprodução das espécies quanto sobre a reprodução social dos pescadores artesanais. Desta maneira, parece ser a expressão última do processo de modernização da pesca, patrocinada pelo Estado, que unifica os incentivos governamentais às empresas, sem regulação de sua atividade, conjugando ainda necessidade dos pescadores artesanais de encontrar medidas de sobrevivência cada vez mais vinculadas ao mercado.

A pesca predatória da forma como é estabelecida pela legislação remonta a tempos pretéritos, entretanto é justamente o processo de modernização levado a cabo pelo Estado que proporcionou um esforço de pesca superior a renovação dos estoques, o principal fator explicativo para os elevados níveis de pesca predatória atuais. Cena freqüente no estuário da Laguna dos Patos é a ocorrência da pesca de espécies que não chegaram ao tamanho ideal. Embora a opinião pública culpe os pescadores artesanais – únicos a serem fiscalizados praticando o ato, pois a fiscalização das empresas como já

²⁰ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visa incentivar a pesca artesanal e a produção de alimentos da agricultura familiar, permitindo a compra, sem licitação, dos produtos. As aquisições destinam-se à formação de estoques e à distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar. (ver www.mds.gov.br).

foi dito é ineficiente e/ou inexistente dependendo da região - a origem do problema está justamente nas embarcações industriais que se concentram próximas ao canal de entrada da água do mar na Lagoa, impedindo a passagem dos peixes para o estuário. A redução do estoque de peixes na Lagoa obriga os pescadores a capturar peixes menores para compensar as perdas e alcançar um nível mínimo de renda.

Pode-se, finalmente, fazer uma breve menção ao fator ambiental que tem exercido significativa interferência neste processo. Com exceção deste, há cinco anos os pescadores convivem com a reincidência de ciclos ecológicos desfavoráveis que impede a salga ideal das águas da Lagoa, ocasionando a diminuição dos estoques, levando os pescadores à pesca predatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente são poucos os trabalhos empenhados em compreender as comunidades pesqueiras, se comparados com o ingente volume de investigações sobre a agricultura familiar. Embora a última década seja de significativos avanços no sentido da inclusão dos pescadores artesanais enquanto beneficiários de mecanismos de fomento, a exemplo do PRONAF e de outras políticas públicas, como o RS Rural no caso do Rio Grande do Sul, sua inclusão na agenda de pesquisa social é incipiente.

O estudo aqui apresentado se insere justamente nesse esforço. Nossos resultados convergem com os objetivos aos quais nos propomos inicialmente. Ao que tudo indica, a utilização da abordagem de sistemas agrários no universo da pesca artesanal pode se constituir como um importante instrumental metodológico para abarcar os processos sócio-produtivos que caracterizam o desenvolvimento do sistema pesqueiro. Nem por isso, se exauriram uma série de dúvidas. A principal delas diz respeito a utilização desta ferramenta de análise, que visa compreender um conjunto de sistemas de produção, conexos às características sociais, para um único sistema de produção, no caso, a atividade pesqueira. O que nos torna prudentes para pensar sua generalização para outros universos de pesca. Neste sentido, uma questão que pode orientar novos estudos, diz respeito às possibilidades inerentes de modificar novamente a metodologia ou criar uma nova, específica à análise de sistemas pesqueiros.

Buscou-se ainda desfazer uma série de falsas afirmações e argumentos que desvirtuam a compreensão da realidade historicamente construída. Duas grandes questões são emblemáticas deste esforço analítico. A primeira delas diz respeito à compreensão de que a pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos remonta a tempos

pretéritos, anteriores a colonização açoriana, fato este negligenciado por muitos pesquisadores e, a segunda tenta desfazer a falsa impressão de que o processo de diferenciação pelo qual ainda passam os pescadores artesanais foi causado unicamente pela modernização conservadora da pesca nos anos 60 e 70, patrocinada pelo Estado. Embora esta tenha agravado a situação de forma dramática este processo é fruto de diversas transformações nas relações sociais de produção e na posse e controle dos meios de produção que só podem ser compreendidas na medida em que compreendemos os diversos sistemas pesqueiros.

Os dados apresentados corroboram a hipótese de que no núcleo das transformações nos diversos sistemas pesqueiros na Colônia Z-3 se encontra um contínuo processo de inserção nos mercados, na maior parte das vezes impulsionado pelo Estado. Outrossim, ao mesmo tempo em que esse processo foi responsável pela diferenciação social dos pescadores, configurou o ambiente sob o qual se desenvolveram novas fontes de trabalho e renda amplamente identificadas com os circuitos mercantis (agro-industrialização, pluriatividade, novos mecanismos de comercialização, etc.) e fundamentais as suas estratégias de reprodução social.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, P. R., BACHA, J. C. “Análise Benefício/Custo da Política Brasileira de Incentivo Fiscal à Pesca”, In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 37, n. 3, Brasília: SOBER, jul./set. 1999.
- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- AVILA MARTINS, C. A. “No trabalho dos pescadores artesanais a Lagoa dos Patos vive e dá vida”. In: *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. 6, n. 119, 2002.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2000.
- BRASIL - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, *Balanço de resultados Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca*, nov. 2003.
- BROCHADO, J. P. O guarani: o conquistador vencido. In: RIO GRANDE DO SUL, Comissão Executiva de Homenagem ao Índio. *O Índio no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1975.
- DIEGUES, A. C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

- FIGUEIRA, L. D. *Pesca Predatória: a Gênese Social de um Problema Legítimo*. ISP/UFPEL (Monografia), Pelotas: UFPEL, 2000.
- INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA – ITEPA. *Região Geoeconômica do Eixo Pelotas/Rio Grande*, Pelotas: UCPEL, 2001.
- INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA – ITEPA. *Informe Socioeconômico número 7: Estrutura Socioeconômica da Atividade Pesqueira do Município de Pelotas*. Pelotas: UCPEL, 2002.
- KERN, A. A. *Antecedentes Indígenas*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- MALDONADO, S. C. *Pescadores do Mar*, São Paulo: Ática, 1986.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- NIEDERLE, P., et alii. Pluriatividade e Pesca Artesanal: o caso da Colônia Z3 em Pelotas, RS. In: *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Ribeirão Preto: SOBER, 2005
- PASQUOTTO, V. F. *Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- PASQUOTTO, V. F.; MIGUEL, L. A. Caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais do município de São Lourenço. In: *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Ribeirão Preto: SOBER, 2005b.
- PLOEG, J. D. van der. El Proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMAN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Ed.). *Ecología, campesinado y historia*. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 153-195.
- SABOURIN, E. Desenvolvimento Rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias, atores. In: SABOURIN, E. e TEIXEIRA, O. A. *Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: Embrapa, 2002.
- SACCO DOS ANJOS, F. et alii. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da colônia Z3 em Pelotas, RS, In: *Anais do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Local*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.
- SCHMITZ, P. I. O Índio e a colonização do Rio Grande do Sul. In: RIO GRANDE DO SUL - Comissão Executiva de Homenagem ao Índio. *O Índio no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1975. 195p.
- _____ (org.) *Pré-história do Rio Grande do Sul: arqueologia do Rio Grande do Sul - documento 05*, São Leopoldo, RS: Unissinos, 1991.
- SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes*, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 99-116, 2004.
- SCHORR, M. H. A. Os indígenas e os cerritos de Rio Grande. In: RIO GRANDE DO SUL - Comissão Executiva de Homenagem ao Índio. *O Índio no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1975. 195p.

SOUZA, M. A. *Política e evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul*, Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2001

UNIJUI. *História e Geografia do Rio Grande do Sul*, 6. ed., Ijuí, RS: Editora da UNIJUI, 1989. 98 p.

WOORTMANN, E. F. “Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades Pesqueiras do Nordeste”, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 7, n. 18, 1992.